

Lei da Selva, Borboletas e Lobisomens
— *Considerações Analíticas sobre a Obra de Hugo Studart* —
III – Grave e Infundada Acusação

Raul Sturari (*)

No primeiro e no segundo artigos, deixei claro que reconheço o extenso e minucioso trabalho do autor na produção dos livros “A Lei da Selva”, de 2006, e “Borboletas e Lobisomens”, de 2018, frutos do mestrado e do doutorado em História sobre o mesmo tema, a Guerrilha do Araguaia, ocorrida na década de 1970. Longe de mim, portanto, achincalhar essas obras, como fez grande parte das esquerdas. Todavia, concluo que os militares e a direita tampouco têm motivos para elogiá-las, seja porque guardam um estranho viés de idolatria aos guerrilheiros maoístas, seja porque apresentam algumas fragilidades que terminaram por provocar esta série de breves considerações analíticas.

Neste texto, o tema central é a acusação de que o próprio Presidente da República, Emílio Médici — e seu sucessor, Ernesto Geisel — teriam pessoalmente ordenado o extermínio e a morte dos guerrilheiros, na terceira e última fase das operações. O autor endossa a afirmativa de Luís Mir, como verdade absoluta, já na “orelha” de “A Lei da Selva” e repete-a inúmeras vezes, ao longo dos livros e em declarações avulsas sobre o tema¹. Aliás, repetição é o que não falta nessas obras. O recurso de “copiar e colar” dos processadores informatizados permite ao autor reproduzir segmentos de texto várias vezes, em diversos momentos. Não raro o leitor fica com a sensação de ter voltado a um trecho anterior, embora nem sempre as cópias sejam idênticas.

Como se trata de uma acusação grave de Hugo Studart aos ex-presidentes, procurei com curiosidade os trechos dos livros que a embasaram. Cheguei, assim, às páginas 267 a 272 de “A Lei da Selva” e 368 a 371 de “Borboletas e Lobisomens”. Decepção total. No primeiro livro, o autor começa o trecho informando que “*permanece a incógnita: quem teria dado a ordem de executar os prisioneiros do Araguaia? Nem mesmo aqueles que ‘fizeram’ pessoalmente o serviço sabem ao certo, explicam os militares em suas narrativas*”. Mais adiante, esclarece que “*jamais foi encontrado por historiador ou jornalista qualquer documento a respeito dessas ordens*”.

Contudo, a partir daí, o historiador dá asas à sua fértil imaginação: cita Carlos Fico e Hélio Gaspari, em segmentos pouco aderentes, fala da cadeia de comando sem propriedade, constrói rebuscada e fictícia linha de raciocínio e conclui fazendo uma citação sem citar a fonte². Na página 271 da primeira publicação, escreve:

¹ <https://g1.globo.com/politica/noticia/memorando-da-cia-reforca-que-imagem-de-moderado-geisel-era-falsa-dizem-historiadores.ghtml>; <https://arepublica.com.br/assuntos-nacionais/livro-sobre-araguaia-mostra-que-geoino-nao-traiu>.

² Flagrante desrespeito às normas técnicas de elaboração de textos acadêmicos.

(....) "Dias depois, Orlando Geisel chamou Milton e deu a ordem: 'Não sai ninguém da área'" (sic).

No segundo livro, Studart complementa sua ficção narrando que "os próprios militares da área de informação especulam que aquele novo eufemismo — 'ninguém sai da área' — tenha sido criação do presidente da República em pessoa". Nada mais. Nenhum documento. Nenhum depoimento. Nenhum indício histórico. Tudo o que o autor utiliza para uma acusação dessa natureza é "especulam".

Essa "viagem" passaria sem grandes assombros, não fosse a insistência do autor em afirmar, em inúmeras outras ocasiões, que as ordens para o suposto extermínio partiram pessoalmente do presidente Médici e foram endossadas pelo sucessor, Geisel. Aliás, essa falsidade vai na mesma linha do suposto memorando de 1974, do então diretor da CIA, William Egan Colby, amplamente divulgado pela extrema imprensa. Esse documento informa sobre uma suposta reunião da qual ele não participou e tampouco alguém de sua equipe. E descreve o que determinados participantes teriam dito, numa clara ilação sem fundamento.

Como se não bastasse, essa inverídica passagem das citadas obras traz algumas contradições. Se é verdade que a ordem era "ninguém sai da área", como explicar que "havia ordens expressas de Brasília para que Osvaldo fosse apanhado vivo"³? Vale destacar que Osvaldão, o "gigante de ébano", é objeto de quase idolatria, por parte do autor. A ele e poucos outros é dedicado o livro, como um dos guerrilheiros que "tomados de esperança, tombaram por seus sonhos".

Mas há outra grave contradição. No capítulo 19, "Sonata para Carmen", o autor afirma que pelo menos sete guerrilheiros teriam sido poupados, e que usa os verbos na condicional, "em sinal de prudência acadêmica". Trata-se da chamada "Operação Mortos-Vivos", em que diversos comunistas combatentes do Araguaia teriam sido deixados vivos, com identidades falsas, porque um deles era filho de Almirante. Uma acurada leitura permite afirmar que essa passagem também é bastante fantasiosa, o que talvez explique o ódio dos parentes desses guerrilheiros contra Hugo Studart e suas obras. De todo modo, se a ordem presidencial era "ninguém sai da área", como explicar que pelo menos sete foram deixados vivos?

Concluo esclarecendo que não tenho delegação das famílias dos presidentes Médici e Geisel. Mas creio que caberia uma ação judicial por calúnia e difamação, com base nos art. 138 e 139 do Código Penal, lembrando que "é punível a calúnia contra os mortos" e que "as penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido contra o Presidente da República".

Março de 2019.

(*) Raul Sturari é Coronel da Reserva do Exército Brasileiro; bacharel em Ciências Militares; graduado em Administração; pós-graduado em Educação; doutor em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; e doutor em Política e Estratégia Marítimas pela Escola de Guerra Naval.

³ Borboletas e Lobisomens, p. 400.